

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.405.529 - ES (2018/0312827-1)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE : H DE J DOS S (INTERNADO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por H. DE J. DOS S. contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

Depreende-se dos autos que o Juízo de primeira instância julgou procedente representação oferecida pelo Ministério Público para aplicar ao agravante a medida socioeducativa de internação em virtude da prática de ato infracional análogo ao crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, ao qual o Tribunal de origem negou provimento nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 424):

*APELAÇÃO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. LEI N. 8.069/90. ATO INFRACIONAL ANÁLOGO AO TRÁFICO DE ENTORPECENTES. APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUISITOS DO ART. 122 DO ECRID. PEDIDO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA MENOS GRAVOSA. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS QUE INDICAM A MEDIDA DE INTERNAÇÃO COMO MEDIDA MAIS ADEQUADA. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.*

Daí o recurso especial no qual a defesa alegou violação ao art. 122, § 2º, da Lei n. 8.069/1990, sustentando que o agravante não se enquadraria nas hipóteses que autorizariam a medida de internação.

Contrarrazões às e-STJ fls. 442/445.

Inadmitido o recurso na origem, os autos subiram a esta Corte Superior por força de agravo.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo **desprovimento** do agravo (e-STJ fls. 475/476).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Suficientemente impugnados os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial e presentes os pressupostos processuais, conheço do agravo.

Vejo, entretanto, que a irresignação não pode prosperar.

O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente autoriza a imposição de medida socioeducativa de internação nas hipóteses de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça contra a pessoa, de reiteração na prática de infrações graves e de descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Acerca do tema, este Tribunal Superior firmou entendimento segundo o qual não se exige – para justificar a imposição da medida socioeducativa de internação prevista no art. 122, II, do ECA – o cometimento de um número mínimo de atos infracionais graves, por ausência de previsão legal.

Confirmam-se:

*HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE IMPOSTA EM RAZÃO DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL. CIRCUNSTÂNCIA QUE PERMITIRIA, INCLUSIVE, A APLICAÇÃO DA MEDIDA MAIS GRAVOSA DE INTERNAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DE NÚMERO MÍNIMO DE ATOS INFRACIONAIS ANTERIORES. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STF. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

[...]

*2. Esta Quinta Turma, na esteira da jurisprudência da Suprema Corte, firmou o entendimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente não estipulou um número mínimo de atos infracionais graves para justificar a internação do menor infrator, com fulcro no art. 122, inciso II, do ECA (reiteração no cometimento de outras infrações graves).*

*3. Consoante a nova orientação, cabe ao Magistrado analisar as peculiaridades de cada caso e as condições específicas do adolescente, a fim de melhor aplicar o direito, definindo a medida*

*socioeducativa mais adequada à hipótese dos autos. Precedentes deste Tribunal e da Suprema Corte.*

*4. In casu, o paciente não estuda, não exerce atividade lícita, é usuário de drogas, possui outra passagem pela Vara da Infância e da Juventude por tráfico de entorpecentes e descumpriu medida de liberdade assistida anteriormente aplicada, elementos que permitiriam, inclusive, a aplicação da medida mais gravosa de internação, nos termos do acima expendido. Entretanto, o Tribunal a quo, seguindo o pedido formulado pelo Parquet no recurso de apelação, aplicou a medida de semiliberdade, mais benéfica, portanto, ao paciente.*

*5. Habeas corpus não conhecido.* (HC 342.943/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 16/3/2016, grifei.)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. REITERAÇÃO. VERIFICADA. ILEGALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE VAGA NO LOCAL DE RESIDÊNCIA DO MENOR. RELATIVIZAÇÃO DO ART. 49, II DO SINASE. POSSIBILIDADE. ANÁLISE CASO A CASO. HABEAS CORPUS DENEGADO.

*1. Esta Sexta Turma passou a majoritariamente compreender, ressalvada pessoal compreensão diversa, que para a configuração da reiteração de infrações graves, prevista no inciso II do art. 122 do ECA, suficiente é a prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo falta de contemporaneidade ou menor relevância da infração antecedente.*

*2. A regra prevista no art. 49, II do SINASE deve ser aplicada de acordo com o caso concreto, observando-se as situações específicas do adolescente, do ato infracional praticado. Na hipótese, ao menor já foi aplicada medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional equiparado a roubo, de modo que não há que se falar em constrangimento ilegal na aplicação da internação, por ser essa a mais adequada para os casos de reiteração de atos infracionais graves.*

*3. Habeas corpus denegado.* (HC 380.241/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 22/3/2017, grifei.)

No caso dos autos, o Tribunal de origem manteve a aplicação da medida de internação com esteio nos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 141/144):

*Neste particular, o juízo a quo impôs a medida constritiva com base nos seguintes fundamentos (fl. 133):*

*"Assim, diante do contexto evidenciado, da confissão do adolescente, aliado ao histórico de cometimento de atos infracionais desta natureza (0000032.32.2016.8.08.0006,*

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

0004525.86.2015.8.08.0006, 0002992.58.2016.8.08.0006 e 0003420.40.2016.8.08.0006), em que recebeu medida socioeducativa em meio aberto por conta de ato análogo ao tráfico de drogas, me convenço da autoria do ato infracional ora imputado ao adolescente [H].

(...) Neste particular, observo que o socioeducando responde a vários procedimentos, conforme acima listado, sendo que este último foi praticado quando ele tinha sido liberado da UNINORTE fazia poucas semanas, demonstrando a reiteração de atos infracionais de forma desproporcional, impondo-se a aplicação de uma medida de internação na forma do art. 122, II do ECRID

Como se vê, o magistrado apresentou exhaustivamente os motivos pelos quais o ato infracional em questão extrapolou a esfera do ordinário, demonstrando que a medida de internação é a mais indicada.

Verifica-se, portanto, que a necessidade da aplicação da medida socioeducativa mais severa está devidamente justificada pela reiteração infracional, conforme destacado pelas instâncias ordinárias.

Ante o exposto, **conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator